



Anais da Assembléia

Nº 32

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1992.

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1992

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As quatorze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Elio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Tavares, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (44). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Tadeu Lúcio Machado, Dirceu Manfrinato, Duílio Genari, Edson Silva Lino, José Arthur Ritti, Luiz Carlos Martins, Nilton Barbosa, Plauto Miró Guimarães e Severino Félix (10).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental que para apreciação da Ordem do Dia da Sessão Extraordinária marcada para hoje seja discutida e votada englobadamente.

Sala das Sessões, em 08.04.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a votação dos Projetos da Ordem do Dia, sejam discutidos e votados englobadamente.- Aprovado.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/89 - VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 171/88 - de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública à "Associação de Moradores Vila Americana", do Conjunto Habitacional da COHAPAR, no bairro Vila Americana, com sede e foro na Cidade de São Mateus do Sul. Sem Relatório.

OF/DTL/Nº 249/88

Curitiba, 15 de dezembro de 1988.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 159/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 171/88, tendo o veto incidido sobre seu art. 2º, que, muito vago e desprovido de qualquer finalidade prática, não é exequível e, portanto, contrário aos superiores interesses do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS

Governador do Estado

DISCUSSÃO ÚNICA - DA PROPOSIÇÃO Nº 005/89 - VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 127/88 - de autoria da Deputada ERONDI PUGLIESI, que objetiva alterar a redação do Artigo

1º da Lei nº 8.473, de 04/05/87, que dispõe sobre a isenção da taxa de Segurança. Sem Relatório.

OF/DTL/Nº 250/88

Curitiba, 27 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 189/88, dessa Presidência, e de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 127/88, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 1º, da Lei nº 8.473, de 04 de maio de 1987, para isentar da Taxa de Segurança de que tratam as Leis nºs 7.257, de 30 de novembro de 1979 e 7.812, de 29 de dezembro de 1983, os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 14 anos, no período de 1º de agosto de 1988 a 1º de agosto de 1990.

A negativa de sanção ao Projeto de Lei em causa decorre de sua inconstitucionalidade, por ferir os mandamentos constantes do art. 25, § 1º, alínea "a", da Constituição Estadual, os quais conferem ao Chefe do Poder Executivo a competência para a iniciativa do processo legislativo de lei que disponham sobre matéria financeira e que foram observados por ocasião da proposição que ensejou a mencionada Lei nº 8.473/87, objeto da pretendida modificação.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ

Governador do Estado, em exercício

PROJETO DE LEI Nº 127/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º, da Lei nº 8.473, de 04 de maio de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 14 anos de idade ficam, no período compreendido entre 01 de agosto de 1988 e 01 de agosto de 1990, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis nºs 7.257, de 30 de novembro de 1979 e 7.812, de 19 de dezembro de 1983."

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO" em 01.12.88.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

Com a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de permitir o voto aos jovens de 16 anos, "mister" que se faça alterações na legislação vigente a fim de adaptá-la à nova realidade.

É de conhecimento de todos, as dificuldades dos jovens pertencentes das classes menos privilegiadas, moradores da zona rural ou da periferia dos grandes centros urbanos de adquirir documentos, os quais são indispensáveis para que eles entrem no mercado de trabalho.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 006/89 - VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 331/88 - de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM Nº 124/88, objetivando instituir a Contribuição de Melhoria, com base no inciso III, do artigo 145, da Constituição Federal. Sem Relatório.

OF/DTL Nº 261/88

Curitiba, 28 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 200/88, dessa Presidência e, de comunicar a Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 47, inciso III, e de conformidade com o § 1º do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei nº 331/88, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a "contribuição de melhoria", de conformidade com art. 145, inciso III, da Constituição Federal, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "saneamento básico" contidas no § 2º, do art. 4º e sobre as disposições do § 4º do mesmo artigo.

As mencionadas expressões "saneamento básico" não foram acolhidas porque, segundo informações prestadas pela Secretaria de Estado da Fazenda, são por mais amplas e, portanto, a presença delas no texto do dispositivo poderia ensejar interpretações extensivas alcançando variados tipos de obras, quando, ao se tratar de isenção é necessária a tipificação bem definida das hipóteses de sua incidência.

Por outro lado, o § 4º, do art. 4º foi vetado tendo em vista pronunciamento da Secretaria da Fazenda entendendo que "este parágrafo, tal como aprovado, além de inviabilizar em parte o tributo, torna-se injusto, profundamente injusto. Mantido tal dispositivo o proprietário que tiver alguns metros de terras frontais ou com testada para a obra (uma rodovia, por exemplo) pagará o tributo, enquanto que um

latifúndio valorizado pela obra pública que não faça testada com a mesma (voltamos ao exemplo da rodovia) nada pagará. "Além do mais, a manutenção do dispositivo a que se nega sanção, conflitaria com àquele do artigo 4º que atribui a edital a delimitação de área de influência da obra, que por isso será objeto da valorização.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões de veto submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ARY VELOSO QUEIROZ

Governador do Estado, em exercício

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

Antes a Mesa quer esclarecer aos Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão SIM; os contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando para votação cédulas que contêm a expressão NÃO.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Artigo 215 do Regimento Interno.

Nós estamos votando, apreciando aqui três vetos do Senhor Governador. O Veto número 02, de 1989, o Veto número 05, de 1989, proposição de Veto número 06, de 1989, no artigo 215 do Regimento Interno diz o seguinte (LÊ o ARTIGO 215):

"Art. 215 - Os projetos devolvidos à Assembléia, com veto total ou parcial do Governador, serão distribuídos à Comissão competente, segundo os fundamentos do veto, a qual emitirá parecer dentro do prazo improrrogável de dez dias.

§ 1º - Com parecer ou sem ele, se a Comissão não o apresentar dentro de dez dias, será o projeto vetado incluído na Ordem do Dia.

§ 2º - O veto será apreciado em Sessão Única, dentro de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pela maioria absoluta dos Deputados em escrutínio secreto.

§ 3º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo anterior, que não flui durante o recesso parlamentar, o veto será colocado na Ordem do Dia da Sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Governador do Estado".

No nosso entendimento, estes vetos estão fora da orientação e do que determina o art. 215 do Regimento Interno - fora dos prazos. Ele teria um prazo a ser apreciado na Assembléia na volta do Projeto do Governador e ele teria um prazo aí para apreciação, sendo vetos de 1989, entendemos que ele não está compatibilizado com o art. 215 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - E por esse motivo está para que o Plenário aprecie e decida se são favoráveis ou não.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - O artigo está claro que o veto deveria vir dentro de dez dias às Comissões, fora disso ele deveria vir mesmo - sem parecer, dentro de 30 dias para apreciação em Sessão. Os 3 vetos, de 1989, não estão correspondendo ao que determina o artigo 215. Eles deveriam ter sido votados, no mínimo, em 1990, se eles tivessem sido vetados até ao final de 1989.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já decidiu sobre isso, inclusive na Sessão de ontem teve um veto igual. Passo a palavra ao 1º Secretário para a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Fica o nosso protesto registrado, pois não está sendo cumprido o Regimento Interno no seu artigo 215.

O SR. 1º SECRETARIO (João Arruda) - (Procede à chamada nominal para votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 45 (quarenta e cinco) Senhores Deputados.

Convoco os Senhores Deputado José Alves e Renato Adur para comporem a Comissão escrutinadora.

Com a cédula SIM votaram 25; com a cédula NÃO 9; em branco 11.

Estão mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária, marcando outra para quinta-feira, dia 09, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 007, 008 e 011/89.

Levanta-se a sessão.